

O ENSINO MÉDIO DIANTE DAS EXPECTATIVAS DOS EMPRESÁRIOS

HIGH SCHOOL ACCORDING TO THE EXPECTATIONS OF ENTREPRENEURS

LA EDUCACIÓN SECUNDÁRIA DELANTE DE LAS EXPECTATIVAS DE LOS
EMPRESARIOS

Cristiane Akemi Sato*

<https://orcid.org/0000-0003-2799-6656>

Maria Abádia da Silva**

<https://orcid.org/0000-0001-6048-077X>

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior***

<https://orcid.org/0000-0001-9515-3218>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SATO, C. A.; SILVA, M. A.; JÚNIOR, G. C. O. O ensino médio
diante das expectativas dos empresários. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-21, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5790>

RESUMO: Baseado nas circunstâncias históricas que resultaram na aprovação da Lei nº 13.415/2017, o artigo propõe analisar como os grupos econômicos privados, o Banco Mundial e o governo federal, atuam para expandir os negócios na educação básica pública. Parte-se da legislação, das referências e do documento *Uma ponte para o futuro* (2015) para evidenciar como a contrarreforma do Ensino Médio atende aos interesses do setor produtivo lucrativo e às empresas. Apurou-se que, sob o manto da ordem e progresso, governos, corporações e empresários modificam a legislação constitucional, trabalhista e educacional a fim de manter segurança nos contratos, favorecer o setor privado e instituir que as escolas de ensino médio se assemelhem às empresas em suas finalidades. Afirma-se, ainda, que apesar das resistências, as forças econômicas em consonância com proposições do Banco Mundial e do governo federal agem na regulação da educação básica pública no currículo, no financiamento e nas finalidades das escolas.

Palavras-chave: Educação Básica. Política Educacional. Gestão, fundações e empresários do ensino.

ABSTRACT: Based on the historical circumstances that resulted in the approval of Law 13.415/2017, the article proposes analyzing how private business groups, the World Bank and the Federal Government work to enlarge businesses in public basic education in Brazil. It starts with the legislation, references and the document entitled *A bridge for the future* (*Uma ponte para o futuro* - 2015) to make evident how High School counter-reform meet the interests from the profitable productive sector and companies. The findings point out that, under the mantle of order and progress, governments, corporations and entrepreneurs work to change the constitutional, labor

and educational legislation in order to maintain contract safety, supporting the private sector, and establishing that High School institutions are similar to enterprises in their aims. The article also affirms that under manifestations, the entrepreneur forces aligned to the propositions by the World Bank and the Federal Government work to regulate the public basic education in the curriculum, in its financing and purposes in schools all over the country.

Keywords: Basic Education. Educational Policy. Management, foundations and teaching entrepreneurs.

RESUMEN: Con base en las circunstancias históricas que resultaron en la aprobación de la Ley 13.415/2017, el artículo propone analizar cómo grupos económicos privados, el Banco Mundial y el gobierno federal trabajan para expandir los negocios en la Educación Básica pública. El parte de la legislación, referencias y del documento *Un puente para el futuro* (*Uma ponte para o futuro*-2015) para hacer evidente cómo la contrarreforma de la Enseñanza Secundaria atiende a los intereses del sector produtivo lucrativo y empresas. Se ha investigado que, bajo el manto del orden y el progreso, gobiernos y empresarios trabajan para cambiar la legislación constitucional, de labor y educacional para mantener seguridad en los contratos, promover el sector privado e instituir que las escuelas de Enseñanza Secundaria sean similares a las empresas en sus finalidades. Aún se afirma que, bajo manifestaciones, fuerzas económicas alineadas con proposiciones del Banco Mundial y del gobierno federal trabajan para regular la Educación Básica pública en el currículo, en el financiamiento y en sus finalidades en las escuelas.

Palabras clave: Educación Básica. Política Educacional. Gestión, fundaciones y empresarios de la enseñanza.

Introdução

O Ensino Médio compõe a última etapa da Educação Básica e atende a faixa etária de 15 a 17 anos, bem como os que não tiveram acesso a ele na idade própria, e se destina àqueles que só estudam ou que estudam e trabalham. Essa etapa vem sendo modificada em sua identidade, currículo, obrigatoriedade e finalidades por meio de programas, legislação e dissensos entre as entidades educacionais representativas da sociedade civil, os atores políticos, as fundações, o setor privado empresarial e os organismos internacionais.

No país, o projeto econômico hegemônico foi confrontado pelos partidos políticos nas eleições presidenciais de 2014 e expuseram as divergências, os dissensos e as insatisfações dos empresários, financistas e corporações internacionais, que exigiam mercado livre, abertura de outros nichos de exploração e alinhamento jurídico. Foi também questionado pelos movimentos sociais e populares, devido aos atos de corrupção, desvios de recursos públicos, fisiologismos, troca de favores, compra de votos, influência no exercício de cargo e a elevação do preço no transporte urbano. Além disso, outros grupos heterogêneos, insatisfeitos com a situação do país, passaram a utilizar ora as redes sociais e mídias, ora manifestações em praças públicas e ruas em todo país.

Ao vencer as eleições, a presidente Dilma Vanna Rousseff (2014-2016), do Partido dos Trabalhadores, deparou-se com a intransigência e recomposição dos grupos empresariais, capitaneada pelas lideranças partidárias e midiáticas. As divergências político-partidárias e insatisfações acirraram-se em torno das questões econômicas e juros e insistiam em fazer as reformas da Previdência, Trabalhista, Administrativa e do Ensino Médio. Esse intenso confronto resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Em seguida, assumiu o governo o vice-presidente, Michel Temer, que articulou e atuou para reposicionar os grupos econômicos, financistas, corporações, setores midiáticos, telecomunicações e empresariais em direção ao projeto hegemônico neoliberal, pondo em marcha as contrarreformas, a reordenação da legislação nacional, a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, bem como a diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores.

Desse modo, nessas circunstâncias históricas situamos as eleições de 2014, quando grupos e forças econômicas defendiam propostas que, posteriormente, foram materializadas no projeto de governo *Uma ponte para o futuro* (2015) conduzido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nesse documento estavam

* Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

E-mail: cris.sato@hotmail.com;

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-Doutora em Salamanca. Professora associada da Universidade de Brasília (UnB). Atua no Programa Pós-Graduação em Educação e desenvolve estudos e pesquisas na área da Educação com prioridade para a História da Educação Brasileira e Políticas para a Educação Básica.

*** Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas - Ética e Política Emancipatória (NEPA-EPE), do Instituto Federal de Goiás (IFG) e membro do Grupo de Pesquisa - Organismos Internacionais, Política e Gestão da Educação Básica (ÁGUIA), da Universidade de Brasília (UnB). Servidor do Ministério da Educação (MEC).

prescritos os fundamentos econômicos a serem incorporados pelo país, entre eles: orçamento impositivo, privatizações de empresas estatais, fim das vinculações constitucionais, eliminação das indexações, reformas da previdência e trabalhista, desequilíbrio fiscal, ampliação da idade mínima para a aposentadoria, organização de uma livre competição, busca da integração com os mercados externos, realização de ajustes legislativos em áreas críticas, execução de uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada por meio de transferências de ativos, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura e parcerias para complementar a oferta de serviços públicos.

No início de setembro de 2016 acirraram-se as tensões e confrontos entre Michel Temer (2016-2018), grupos e corporações empresariais e as associações científicas e estudantes secundaristas. Essas resultaram na Medida Provisória nº 746/2016 e na aprovação da Lei nº 13.415/2017 que propôs um novo modelo para o Ensino Médio e instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) no país, dentro de uma lógica flexível aos interesses das frações burguesas que engendraram o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 (SAVIANI, 2020).

No entanto, sabe-se que as elites oligárquicas e empresariais postergaram a formação escolar da população trabalhadora já apontada em Saviani (2008), Silva (2019) e Teixeira (1968) nos confrontos entre os grupos publicistas e privatistas que se opunham à educação pública, gratuita, laica, obrigatória.

A distribuição do trabalho, dos lugares e dos papéis na estrutura social vieram antes da distribuição das letras e das palavras. A formação social brasileira foi marcada pelo patriarcado e pela hierarquia de classes, que exigia muito trabalho daqueles que não tinham terras e não sabiam as letras. É nessa sociedade capitalista, marcada pela cultura do favor, do mando, do fisiologismo, do clientelismo, das hierarquias, das relações patrimoniais, da corrupção e das infidelidades partidárias que ocorreram as inúmeras disputas, dentre elas a contrarreforma do Ensino Médio, sob o *slogan* de melhorar a qualidade da Educação Básica.

A distribuição dos bens culturais e sociais também ocorre de maneira desigual, classista, seletiva e hierárquica. Então, como distribuir as palavras e as letras para todos, quando, no modo de produção capitalista, elas pertencem a alguns? Como a Educação Básica pública tornou-se estratégica e prioritária para os empresários e corporações? Que interesses estão encobertos e visíveis na contrarreforma do Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017?

Em termos teórico-metodológicos, o presente artigo situa-se na perspectiva histórico-dialética e busca analisar

como os grupos econômicos privados, o Banco Mundial e o governo federal atuam para expandir os negócios na educação básica pública no país desvelado no contexto da contrarreforma do Ensino Médio, que reduz o acesso aos bens culturais. Em face disso, a discussão ocorre mediada pela legislação, referências bibliográficas e documentos oficiais e das entidades. Na primeira parte, analisa-se como os grupos econômicos privados de empresários, financistas, o Banco Mundial e o governo federal atuam na definição, execução e avaliação da política para a Educação Básica, a fim de expandir os negócios privados de educação no país. Em seguida, evidenciam-se as formas de atuação dos grupos e as forças políticas e empresariais no Ensino Médio regular e, na terceira seção, problematizam-se as manifestações e mobilizações dos estudantes na luta pelo direito à Educação Básica e dever do Estado. Passemos então, à reflexão!

As expectativas dos empresários em relação à formação na educação básica

As transformações ocorridas com o processo de globalização da economia, a inovação científica, o desenvolvimento tecnológico e informacional e a competitividade industrial trouxeram instabilidades, desemprego e aumento da precarização do trabalhador, além de exigências na formação básica e profissional deles. Se, nos anos de 1990, as reformas educacionais centravam-se, sobretudo, no redesenho curricular como garantia e promoção da flexibilização da Educação Básica pública, a partir dos anos 2000 somam-se ao eixo do currículo, a jornada escolar e as finalidades como demandas do mercado de trabalho.

Na visão dos empresários, a qualidade da Educação Básica era insuficiente para os seus propósitos de competitividade e concorrência. Sendo assim, empresários do setor produtivo, banqueiros e financistas, organizações não governamentais e fundações passaram a atuar com a criação, em 2006, do *Movimento Todos pela Educação* (TPE). Esse grupo heterogêneo reúne representantes das diversas frações burguesas: Banco Itaú, Fundação Bradesco, Instituto Natura, Fundação Lemann, Gol, Instituto MRV, Associação Crescer Sempre, Família Kishimoto, Fundação Telefônica, Fundação La Caixa, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Lucia e Pelerson Penido, Milú Villela, Daniel Goldberg, Instituto Unibanco, Fundação Vale, Scheffer, Prisma Capital e Instituto Península.

Os sócio-fundadores [sic] do TPE participam de diversas instâncias deliberativas e/ou consultivas em instituições privadas e empresas. Estes sócios assumem papéis ou

articulam-se com entidades tradicionais da estrutura de representação de interesses de classe (FIESP, Febraban); com associações de natureza mercantil-filantrópica, ou seja, com conselhos, fundações, institutos, ONGs; com organismos internacionais como consultores; com o Estado através de cargos executivos, representativos, ou como conselheiros (MARTINS, 2013, p. 41).

Situados em um movimento de aprofundamento da política neoliberal na educação, essas entidades congregam grupos empresariais dos serviços de telefonia, bancos, editoras, consultorias, representantes de diferentes setores comerciais, gestores públicos, profissionais de imprensa, empresários e instituições não governamentais. Segundo seus dirigentes, eles estão comprometidos com a garantia desse direito humano e constitucional, de uma educação de qualidade e competitiva para o atendimento das demandas das diversas frações do capital que representam.

O TPE apontava, ainda, o “desempenho insatisfatório dos alunos brasileiros também em exames internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes- PISA” (TPE, 2013, p. 66), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como reforço do argumento das graves deficiências de organização do Ensino Médio como problema estrutural da educação brasileira.

Na cidade de Salvador, em 2007, empresários nacionais apontavam um diagnóstico da Educação Básica sem qualidade e que não correspondia aos interesses da indústria, ao mesmo tempo em que indicavam alternativas de mudanças para alcançar o crescimento com competitividade nacional. Então, nesse movimento, a educação foi apresentada como *prioritária e estratégica* para a inserção do país no circuito de competitividade internacional e de acumulação de capital.

Contudo, ao diagnosticar e divulgar a insuficiência da Educação Básica (Ensino Médio) e, indiretamente, calcular as potencialidades de negócios lucrativos no setor educacional, empresas e empresários buscam ampliar sua rede de influência sobre os sistemas educacionais, para além de prestação de serviços tecnológicos em educação, das consultorias e assessorias que são estabelecidas em contatos diretos com os dirigentes municipais e estaduais. Articulam-se para desencadear uma cadeia de produção, circulação e consumo de bens e produtos relativos à educação em todo o país.

Essas empresas formam redes ou grupos para atuar e investir em serviços que possam render-lhes acesso aos dados de usuários e venda de produtos escolares, em um

nicho seletivo de mercado rentável. As transformações tecnológicas e os *rankings* dos indicadores educacionais atraíram os empresários, que se posicionaram e se diziam interessados em melhorar a qualidade da Educação Básica. Ainda em 2007, no documento *Educação para a nova indústria* (CNI, 2007, p. 19), os empresários determinam os elementos centrais dessa melhoria:

[...] expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria; modernização, otimização e adequação da infraestrutura física das escolas e laboratórios; flexibilização no formato e metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria; capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais (CNI, 2007, p. 19).

Na visão dos empresários, a educação profissional tornou-se condição essencial “para o ingresso e o sucesso dos recursos humanos no mercado de trabalho e requisito das empresas para o aperfeiçoamento de bens e processos produtivos de qualidade, com impacto no aumento da sua produtividade” (CNI, 2007, p. 30). Nesse sentido, desde 1999, proposições do Banco Mundial insistiam que “o melhoramento dos níveis educativos era condição fundamental para obter os níveis de produtividade e competitividade [...] e ferramenta principal para melhorar a distribuição da renda e reduzir a pobreza a médio e longo prazo” (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 24). E continuam afirmando que:

A educação é crucial para o crescimento econômico e para a redução da pobreza. [...] A educação, especialmente a educação básica, contribui para reduzir a pobreza ao aumentar a produtividade dos pobres, reduzir a fertilidade e melhorar a saúde e, dotar as pessoas das aptidões de que necessitam para participar plenamente na economia e na sociedade (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 22).

Nessas relações de interesses econômicos e políticos, Banco Mundial, governo federal, empresários e fundações, juntos, atuam com estratégias para impulsionar a produtividade, a flexibilidade e a competitividade industrial. Uma das estratégias foi defender uma formação escolar técnica, flexível, polivalente, com diversificação de modelos de oferta, conteúdos gerais, competências básicas e específicas para habilitar os trabalhadores para múltiplas situações e funções.

Assim, para recompor suas teorias, essas instituições revisitaram as práticas individualistas e pragmáticas de que cada trabalhador deve assumir sua carreira e saber driblar as contingências. Os *slogans aprender a aprender e aprendizagem ao longo da vida* (DELORS, 1998) são novamente difundidos, como um pêndulo para se alcançar um modelo de educação com inserção internacional. Entretanto, Shiroma e Santos (2014, p. 22) revelam como “os *slogans* atuam para o consentimento ativo e que eles ornamentam os discursos e as práticas educacionais e são utilizados com muita repetição para esvaziar o conteúdo crítico que os constituem”, mas também para encobrir ideologias e sujeições.

E para alcançar convergências de finalidades no documento *Educação para a nova Indústria* (2007), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os empresários afirmam que:

[...] as chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condição para o desenvolvimento das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida. Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria. A indústria competitiva depende de força de trabalho capacitada, o que implica melhorar os índices de escolaridade do trabalhador e garantir aos seus filhos educação de qualidade (CNI, 2007, p. 22).

Neste contexto, afloraram distintos e múltiplos interesses dos grupos empresariais, mas, contrapondo-se a eles, frações da classe trabalhadora disputavam projetos para a Educação Básica. A legislação federal, por meio da Emenda Constitucional nº 59/2009, dispôs a educação básica, obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade (BRASIL, 2009); e a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006) dispôs sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Entretanto, essa não era a questão fundamental para o setor produtivo.

Também não estava em questão a proposta das associações acadêmicas, entidades sindicais e movimentos populares que defendiam ciência, trabalho e cultura como eixos integradores na formação escolar (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004). Uma questão prioritária era tornar o setor produtivo competitivo e flexível, inserido no circuito internacional, e ter o trabalhador como um ser individual,

polivalente, empregável e com múltiplas competências para o mercado de trabalho (ANTUNES, 2018). O documento *Uma ponte para o futuro* prescreveu, ainda, que:

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. [...] Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo (PMDB, 2015, p. 9).

Para levar a cabo o projeto hegemônico e conservador das forças empresariais nacionais, Banco Mundial e OCDE atuaram em conjunto tanto no governo federal quanto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para aprovar mudanças no arcabouço jurídico que permitissem a abertura da educação aos interesses empresariais. Nesse movimento, o grupo *Todos pela Educação* atuou para: (i) decidir e gerenciar a política de Educação Básica, (ii) enaltecer as virtudes do ensino privado, e (iii) viabilizar a abertura da educação pública para práticas comerciais competitivas, ainda que persistissem forças e posições contrárias.

Os grupos econômicos e empresariais, ligados direta ou indiretamente à educação, atuam por meio de proposição de medidas jurídicas e legislativas para o reordenamento em bases que atendam aos interesses do modelo econômico neoliberal. Assim, reorganizam esse arcabouço jurídico herdado da Constituição Federal de 1988, e consolidam os espaços da Educação Básica pública para o setor privado empresarial lucrativo (PONTES, 2020).

Nesse movimento político e jurídico, os empresários operam na definição, execução e finalidades da Educação Básica, buscando o favorecimento do setor privado na viabilização da gestão de resultados, serviços de tecnologia, adoção de conteúdos curriculares genéricos e flexíveis na formação do trabalhador, além dos mecanismos de privatização, diluem a educação como um direito social e lançam-na para o âmbito dos negócios lucrativos (MELO, 2009; SHIROMA, 2015).

Formas de atuação das forças políticas e corporações empresariais no ensino médio regular

Os grupos e frações de classe ligadas ao setor produtivo e banqueiros insatisfeitos com o governo de Dilma

Rousseff pressionaram em favor do projeto neoliberal que elevava os ganhos empresariais. Nesse ínterim, setores sociais emergiram com manifestações de rua em todo o país: 2013, 2014, 2015 e 2016. Uma parte das manifestações, capturadas por interesses empresariais e influenciada pela mídia, face visível do projeto hegemônico conservador, expressava-se pela adoção das parcerias público-privadas, contratos de gestão, processos de terceirização de trabalhadores no setor público e pela aprovação no Congresso Nacional, da Lei nº 13.429/2017 que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Em 2013, não era apenas o preço do bilhete de trem urbano que estava em jogo, mas o projeto econômico das elites hegemônicas. Foi, então, que conglomerados de empresários dos setores de comércio, indústria automobilística, construção civil, transportes, mineração, rodovias, setor químico, petrolífero, eletricidade, eletroeletrônicos, portos, aeroportos, usinas, setores alimentícios, agronegócio, supermercados, *shoppings centers*, cosméticos, turismo, têxteis, entretenimento, imprensa, telecomunicações, representados pelas diversas instâncias de organização empresariais, pressionaram os poderes Executivo e Legislativo e fizeram inúmeras exigências. Dentre as demandas podem ser citadas: a) flexibilização jurídica nos contratos trabalhistas; b) livre mercado para comércio e circulação de objetos; c) adoção de parcerias público-privadas no setor público; d) racionalização de procedimentos burocráticos; e) concessões amplas em todas as áreas de logística, infraestrutura e parcerias para complementar a oferta de serviços públicos; f) competitividade e flexibilidade nas relações contratuais; e g) trabalhadores com maior nível de empregabilidade (PMDB, 2015, p. 18-19).

Assim, os grupos e frações de grupos burgueses hegemonzaram-se em torno de um projeto de aprofundamento da ordem neoliberal. Por estarem insatisfeitos com a condução do projeto de governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, articularam um golpe parlamentar, jurídico e midiático e depuseram, em 31 de agosto de 2016, a presidente Dilma Vanna Rousseff, culminando na ascensão de Michel Temer, do PMDB, à Presidência da República¹.

O presidente Temer designou o administrador de empresas José Mendonça Bezerra Filho para o Ministério da Educação, com a tarefa de atender às propostas dos empresários, inclusive no Conselho Nacional de Educação, e levar adiante a contrarreforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, sob a lógica pragmática, flexível, polivalente e instrumental. No mesmo contexto político, sob tensões e manifestações, os movimentos estudantis e populares, associações científicas

1 O processo de impeachment no Senado Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/o-processo-de-impeachment-no-senado-federal>. Acesso em 22 nov. 2020.

e sindicais atuaram e posicionaram-se em defesa de uma proposta de educação pública (BOUTIN; FLACH, 2017). Grupos econômicos, empresários e fundações operam sob as antigas estruturas e superestruturas em um movimento histórico e dialético, articulando medidas, legislação, ações e programas que acentuam as desigualdades sociais e regionais.

O governo federal, com o apoio de grupos empresariais e da mídia televisiva, utilizou propagandas em que jovens defendiam a flexibilização do currículo e a escolha de percurso acadêmico, como se assim fosse. De fato, tratava-se de uma manipulação política por meio de veículo de amplo alcance: a televisão. Para tanto, veicularam nos meios de comunicação e redes sociais propagandas de exaltação do Novo Ensino Médio, sem que houvessem reais condições para sua oferta em larga escala nas escolas públicas em todo o país.

Observe que o convencimento para a execução das políticas educacionais pode ser encontrado nas avaliações educacionais em larga escala, a interna, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a externa, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), adotadas como critérios para aferir um tipo de qualidade da Educação Básica, sobretudo do Ensino Médio. O documento *Proposta para um Ensino Médio compatível com o século 21*² apresenta um diagnóstico da educação, ressaltando os pontos de universalização, acesso, fluxo escolar e rendimento para, em seguida, apontar os entraves e as soluções.

Articulados, governo federal, empresários, bancos, fundações e organizações não governamentais posicionam-se com intenção de melhorar a qualidade do Ensino Médio e, como estratégia, associaram a escola do tempo integral e a organização do currículo como uma solução rápida para, de um lado, atender os interesses empresariais e, de outro, conter expectativas de jovens trabalhadores, redirecionando seu lugar social. Assim, uma ampla base econômica pressiona por melhorias na qualidade da Educação Básica e exige outra formação para o trabalhador. Essas alterações estavam em consonância com o documento do Banco Mundial, de 2011, intitulado *Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos*. Nele podemos ver que as alterações:

[...] se concentram em quatro desafios críticos para a próxima década: melhorar a qualidade dos professores, garantir o desenvolvimento infantil das crianças mais vulneráveis, construir um sistema de ensino médio de classe mundial, e maximizar o impacto das políticas federais de educação básica – e tirar proveito

2 Proposta de um Ensino Médio compatível com o século 21 integra o item do documento *Educação em Debate: Por um salto de qualidade na Educação Básica* (2013) do grupo *Todos pela Educação*.

do “laboratório de ação educacional” brasileiro (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6).

Os principais desafios apontados no documento induziram políticas públicas com o apoio do setor privado. Em relação ao que o documento aponta como *sistema de ensino médio de classe mundial*, o texto compara a qualidade da educação brasileira com outros países da OCDE, indicando categorias para uma reforma educacional baseada nesse comparativo, como o aumento do número de horas, a flexibilização do currículo, a adoção de contratos de parcerias público-privadas e a administração pública baseada em resultados.

Alguns rumos promissores que poderiam ser tomados para contribuir para a melhoria do ensino médio no Brasil podem ser agrupados nas seguintes categorias: estratégias universais (reforma de currículo e de treinamento, grandes investimentos em infraestrutura para apoiar um dia escolar mais longo e eliminar o ensino noturno, melhoria da qualidade de professores); escolas de demonstração (escolas de ensino médio de tempo integral e com bastante recursos que tanto testam inovações quanto demonstram que escolas secundárias de alta qualidade são viáveis); e parcerias público-privadas no ensino técnico e vocacional (para garantir uma fácil transição para o mercado de trabalho para os formandos do ensino médio que não continuam o ensino superior, através da orientação do conteúdo vocacional do currículo para as habilidades que estão em demanda local. O setor privado também está apoiando à gestão escolar baseada em resultados (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 8).

Para o setor produtivo, a consolidação de um projeto econômico hegemônico requer uma participação efetiva na Educação Básica, nos seguintes aspectos: a) empresas provedoras de ensino presencial ou à distância; b) melhoria da imagem da empresa ao prestar serviço de ensino do Estado; c) acesso a dados e cadastros de consumidores; d) associação para investir em oferta de equipamentos tecnológicos; e) apresentação de vantagens e benefícios da gestão pública por resultados; e f) contratos de parcerias público-privadas.

Nessa dinâmica de interesses do setor produtivo, empresas, fundações e corporações associam-se com os governos federal, estaduais e municipais para intervir na Educação Básica. Isso ocorre por meio da venda de equipamentos, *softwares* e plataformas, bem como pelo ensino

à distância, pela formação de gestores e professores, pelos serviços de avaliação, aplicação de exames, cursos, materiais didáticos, *workshops*, mídias, assessorias, eventos científicos e consultorias (PONTES, 2020).

Nesse sentido, uma questão se apresenta para reflexão: como a Educação Básica se tornou *prioritária e estratégica* para os empresários, fundações e corporações? Parece pouco provável que os empresários e corporações queiram uma Educação Básica dos trabalhadores que tenha centralidade na formação humana e no desenvolvimento da capacidade intelectual, na apropriação de conhecimentos construídos social e historicamente na ciência, na estética, na arte e na filosofia, visando à formação da personalidade, desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e artístico, e a formação integral de capacidades humanas superiores.

As expectativas desses senhores inclinam-se para mecanismos que evocam compra e venda de serviços educacionais lucrativos. Nesse sentido, a Educação Básica tornou-se *estratégica, um nicho específico* do qual o capital pode apropriar-se e explorar atividades comerciais com previsão de lucros. Ao atraí-la para o ambiente de negócios e classificá-la como *prioritária*, oscila-se entre a formação genérica (conteúdos) e a formação profissional (aprender a aprender ou aprendizagem ao longo da vida) assentadas nos pilares da Unesco (DELORS, 1998).

Na base desse raciocínio, importa que os meios jurídicos permaneçam dentro da ordem para que empresas transnacionais, grupos empresariais do setor e redes de empresas nacionais possam explorar a educação como objeto de consumo. Portanto, esse aspecto diz respeito às formas de prover a oferta da educação, quem pode ofertá-la e em que condições. Eleger a educação como prioritária e estratégica é estratégia complementar. Trata-se de estabelecer um valor de troca na Educação Básica. É uma inversão estrutural de sua natureza, pois se desloca do âmbito do direito humano e social para o mundo dos negócios privados e competitivos. Acirram-se os confrontos, dissensos e divergências entre os grupos e forças políticas e empresariais e os movimentos estudantis e associações sobre a política, identidade e finalidades do Ensino Médio.

Manifestações e mobilizações dos estudantes

A apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 6.840, em 27 de novembro de 2013, marcada em sua proposta pela extensão obrigatória da carga horária para os alunos de Ensino Médio e pela flexibilização das áreas do conhecimento, encontrou manifestações contrárias de várias entidades educacionais, que demarcaram os conflitos e tensões

sociais. O Relatório da Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio (CEENSI)³ revela manifestações contrárias de várias entidades educacionais e acirra o debate da Educação Básica pública entre empresários e sociedade civil.

O Movimento Nacional pelo Ensino Médio⁴ divulgou, em 2014, um manifesto intitulado *Por uma formação humana integral – não ao retrocesso no Ensino Médio*, posicionando-se contra a aprovação do PL nº 6.840/2013 e alertando para a confusão proposital entre educação integral e educação em tempo integral. Além disso, anunciava que os pré-requisitos relacionados à infraestrutura, a metodologias e à jornada de professores contradiziam a proposta de aumentar o número de horas de permanência do estudante na escola.

As críticas constantes do *Movimento Nacional pelo Ensino Médio* resultaram na revisão do projeto. Entretanto, o substitutivo, conforme analisa Ferretti (2016, p. 71), constitui-se em “texto híbrido que, face às críticas, extirpou formulações mais polêmicas, [...] mas não abriu mão do que era mais caro a seus propositores”. O que estava em questão eram os interesses econômicos, as demandas capitalistas e não importava se a formação seria precária e instrumental, precisava ser útil, a partir da flexibilização dos conteúdos, da formação dos profissionais da educação, dos currículos e da própria escolarização.

A contrarreforma do Ensino Médio encontrou terreno propício para a implementação desse projeto com o golpe em agosto de 2016. As discussões que haviam sido realizadas na construção do Projeto de Lei nº 6.840/2013, com as manifestações contrárias de associações educacionais e movimentos sociais e estudantis, foram desconsideradas na apresentação da Medida Provisória 746/2016. O ato autoritário e impositivo fez recrudescer posições contrárias à contrarreforma, entre elas, notas de manifestação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) com o entendimento de que “configura um retrocesso de décadas, ao instituir, sob o argumento da flexibilização, o aligeiramento e a precarização desse nível de ensino, descaracterizando a oferta de um Ensino Médio como educação básica e direito de todos”⁵.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) acusou a forma impositiva da mudança e ressaltou a ausência do debate dos vários atores sociais que estavam envolvidos no campo educacional. “De maneira impositiva, solitária e açodada, pretende o Executivo, por meio do instrumento excepcional da MP, resolver questões complexas de reorganização curricular, pedagógica e formativa” (FNE, 2016, p. 1).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e outras entidades, após conferência

3 Em março de 2012 foi criada, por iniciativa do deputado Reginaldo Lopes, do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do Ensino Médio (CEENSI) com o objetivo de debater e construir iniciativas para uma nova arquitetura de Ensino Médio.

4 O *Movimento Nacional pelo Ensino Médio* foi criado por dez entidades educacionais no início de 2014 com o objetivo de intervir para não aprovar o PL nº 6.840/2013.

5 Manifesto contra a Medida Provisória nº 746/2016, publicado em Goiânia, em outubro de 2016.

pela *web* realizada em São Paulo, apontaram a escola de tempo integral proposta como inatingível antes que se resolvam as diversas questões que causam empecilho para a sua adoção. Adiciona-se a isso um intenso movimento de ocupação por estudantes de escolas públicas, institutos federais e universidades como forma de resistência à MP 746/2016.

Ainda estava em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.840/2013 quando, em 2016, o governo federal apresentou a medida provisória para acelerar a contrarreforma do Ensino Médio. Quais foram as razões para tanta urgência na reforma? Os argumentos pontuados pelo governo eram acelerar o crescimento econômico e aumentar a produtividade, investir no capital humano visando maior produtividade, modernizar a estrutura curricular, flexibilizar áreas de conhecimento e melhorar os resultados do desempenho escolar (BRASIL, 2016a).

No entanto, cabe o registro de que o Ensino Médio tem suas especificidades e muitos estudantes são trabalhadores. A falácia do discurso de escolha pode ser desvendada na prática, no real. Ao propor que os estudantes terão oportunidade de escolha, a aprendizagem flexível camufla os problemas estruturais e sociais da sociedade brasileira. Observe que

[...] a política proposta pelo Banco Mundial renasce na Lei nº. 13.415/2017, autoritária tanto na forma quanto no conteúdo, orientado pela flexibilização; seu eixo é a distribuição desigual e diferenciada, tanto da educação escolar quanto da formação profissional, para atender às demandas de um novo regime de acumulação que vinha se constituindo no mundo desde os anos 1980, e no Brasil de forma mais intensa a partir dos anos 1990 (KUENZER, 2017, p. 339).

Nessa política de aprendizagem flexível, técnica e polivalente, defendida na Exposição de Motivos nº 00084/2016 do Ministro da Educação, Mendonça Filho, há convergências com as proposições do Banco Mundial e dos setores empresariais de ensino. Algumas ações demonstram os interesses empresariais na Educação Básica brasileira, como se segue:

- a) O setor empresarial educacional opera para a expansão de negócios lucrativos: os grupos privatistas que atuam na Educação Superior expandem seus negócios na Educação Básica. Estudos apontam “estimativas que o Grupo Kroton Educacional e a Anhanguera, à época da fusão [...] calculavam seu valor de mercado como o maior do mundo no setor – 6,3 bilhões de dólares” (CUNHA, 2017, p. 380).

- b) Potencialidades, previsão e cálculos de bons negócios no Ensino Médio: redes de ensino, corporações internacionais e grupos privados, tais como Kroton, Ser Educacional, Somos e Estácio de Sá, atuam no país para explorar e comercializar o ensino. Essas redes põem em marcha ações de compra, venda e aquisições de escolas privadas, materiais didático-curriculares, modelos de gestão, plataformas digitais e formação de professores na expectativa de elevar o crescimento econômico, a circulação e a aceleração da competitividade no mercado educacional.
- c) Incorporação dos princípios neoliberais - racionalidade, agilidade, individualismo, competitividade, flexibilidade, produtividade e consumo: os governos e as empresas defendem esses princípios como prioritários e necessários para todo o país. Como em um cassino de jogo, ganham sempre os melhores!
- d) Promoção de um tipo de formação escolar profissional: adotam legislação e BNCC sustentadas no praticismo instrumental, superficial e flexível. Agregam valores competitivos que encobrem as diferenças e reafirmam as desigualdades entre pessoas, escolas e regiões.
- e) Adoção da separação entre o saber fazer e o saber pensar: fomenta processo de destituição do ser humano de sua capacidade de fazer escolhas, criar e inventar, de propor e de tomar para si suas decisões de forma autônoma.
- f) Continuidade de empréstimo com o Banco Mundial: retoma a velha prática do empréstimo externo para uma suposta implementação da contrarreforma do Ensino Médio nas redes estaduais e distrital. Observe que o governo Michel Temer aprovou a Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016b), que congela o teto de gastos por vinte anos e, ao mesmo tempo, solicitou outro empréstimo de 250 milhões de dólares ao Banco Mundial. Sujeitou-se, assim, às condicionalidades desse acordo, às aproximações e às convergências.
- g) Ao analisar as relações de convergências e estratégias, pode-se constatar que, no *Program-for-results* (PforR), o Banco Mundial afirma apoiar os programas governamentais e ajudar a alavancar a assistência ao desenvolvimento, fomentando parcerias, metas, estratégias e resultados de parceiros que atuam nos projetos. Conforme preceitua o Banco Mundial (2018), são dois os objetivos desse programa: (i) o de que “desenvolver a capacidade dentro do país aumenta a eficácia e a eficiência voltados para obtenção de resultados tangíveis e sustentáveis do programa”;

e o (ii) foco nos resultados, em que “os recursos exclusivos do PforR são para o uso das instituições e processos de um país e a vinculação do desembolso de fundos está diretamente voltada para a obtenção de resultados específicos do programa” (BANCO MUNDIAL, 2018).

Em 2017, as relações entre o governo brasileiro e o Banco Mundial foram aquecidas com outro pedido de empréstimo de 250 milhões de dólares, executado por meio do Programa para Resultados (PforR). De fato, a continuidade dos empréstimos externos exige que se observe o caráter e a forma de acumulação do capital no sistema capitalista. Se o governo federal, pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016b), congelou por vinte anos os recursos financeiros públicos para a educação, para pesquisa científica aplicada e tecnológica, como explicar, novamente, outro empréstimo externo para implementar as medidas que modificam a estrutura do Ensino Médio? Como executar uma reforma se as condições objetivas dos estudantes, dos professores, das escolas públicas de Ensino Médio não foram alteradas? Como propor tempo integral sem condições para efetivá-lo e sem infraestrutura?

Os protestos do *Movimento Nacional pelo Ensino Médio* contra a Medida Provisória e a Lei nº 13.415/2017, do *Movimento de ocupação das escolas secundaristas* (BOUTIN; FLACH, 2017) e de parte das universidades públicas e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) revelam que a Educação Básica tornou-se um instrumento de disputa política, seja na elaboração e execução, seja na avaliação e regulação.

Nesse sentido, a educação serve para adaptação do indivíduo à ordem capitalista, mas também para o desenvolvimento das capacidades humanas superiores e apropriação de conhecimentos que possibilitam transformações econômicas e sociais (CURY, 1987). Ela é constituída e constituinte das relações sociais e econômicas do modo de produção e reprodução capitalista. Deste modo, a forma de organização econômica e política da sociedade brasileira situam-se dentro de uma estrutura econômica global, permeada pelas relações de apropriação da propriedade privada, de exploração dos meios de produção e da força de trabalho, e por desigual distribuição das palavras e das letras. A luta por uma sociedade mais justa e humana tem sido, “a luta pela educação escolar e não escolar, posta a serviço dos interesses da classe trabalhadora, [...] instrumento valioso para organização e consciência de classe” (FRIGOTTO, 2010, p. 132).

Em face da lógica reprodutiva do capital e das manifestações sociais e populares por direitos, emergem

movimentos de insatisfação e descontentamento popular contra as reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio e contra a Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016b). Nesse movimento dialético, as forças políticas, jurídicas e empresariais atuaram e exigiram reformas institucionais voltadas para inovação das relações de trabalho, competitividade da indústria brasileira, privatizações, terceirizações, elevação da idade mínima de aposentadoria e flexibilização das vinculações constitucionais, por exemplo, na saúde e na educação públicas.

Portanto coexistem, dentro do país, forças econômicas nacionais e internacionais que, com artifícios e ideologias, buscam cada vez mais ampliar mercados educacionais para compra e venda de produtos e serviços, além de uma incansável busca por consumidores, pois é na circulação e consumo de bens materiais e culturais que a reprodução do capital se intensifica.

Ao constatar que os trabalhadores em luta avançam na conquista de direitos sociais, os empresários, corporações e financistas agem no âmbito político e jurídico para que, dentro da ordem constitucional, possam atualizar os mecanismos jurídicos, a legislação e os normativos em favor da reprodução e acumulação do capital, com a anuência dos governos e parlamentares. Nesse contexto, afloram distintos interesses, contestações, manifestações sociais, insatisfações em que as contradições se acentuam, gerando novas regras, normas e outras realidades.

Portanto, os grupos e forças econômicos e empresariais enfeixados na proposta *Uma ponte para o futuro* (2015), em consonância com as proposições do Banco Mundial (2018), disputaram e disputam a regulação da Educação Básica pública no que se refere à provisão, ao currículo, ao financiamento e às finalidades, na tentativa de imprimir os princípios corporativos de competitividade e concorrência nas escolas públicas em todo o país.

Reflexões finais

As insatisfações de frações de classe ligadas ao setor produtivo pressionaram o governo de Dilma Rousseff em defesa do projeto que elevava os ganhos empresariais. Neste ínterim, setores sociais emergiram com manifestações de rua e praças públicas em todo o país. Uma parte das manifestações, capturadas por interesses empresariais e influenciada pela mídia, expressava-se pela adoção das parcerias público-privadas, dos contratos de gestão, dos processos de terceirização de trabalhadores no setor público e das relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Nesse movimento, houve um confronto de propostas para o Ensino Médio. Prevaleceu, ainda que sob muitas

resistências e lutas, a proposta de uma formação genérica, flexível e rudimentar, fixada em competências específicas e básicas, necessárias para o emprego no setor de serviços, que exige baixa formação escolar. Os grupos privados, com a anuência do governo federal, buscavam, assim, expandir a provisão da Educação Básica por meio da compra, venda de produtos, materiais didáticos e de plataformas, equipamentos e serviços complementares em regiões promissoras do país.

Sob a lógica neoliberal, o governo federal não só age a favor das empresas, mas também adota medidas e legislações que favorecem o setor privado sob o manto de segurança jurídica. Governos, empresários e corporações atuam com a convicção de que os fundamentos para o crescimento econômico são competitividade, produtividade, flexibilidade, eficácia, racionalidade, individualismo e empreendedorismo. Com isso, não há lugar para todos, muitos são excluídos e seus direitos camuflados e subtraídos.

Portanto, tais grupos querem nos fazer crer que as palavras e as letras não pertencem a todos, que pertencem somente a alguns poucos. Não é verdade! Observe que os movimentos estudantis e as associações científicas se posicionaram para combater tentativas de assemelhar as escolas públicas às empresas e reafirmaram o direito à educação, às escolas públicas, a instituições em que crianças, jovens e adultos podem acessar os bens culturais, às palavras e às letras, vivenciam regras democráticas, valores humanos e éticos, conhecendo, assim, o princípio da vida coletiva e justiça social que nos humanizam.

As empresas definem-se por objetivos específicos e particulares. Suas operações são balizadas pelo princípio da concorrência e competição. O que importa é o livre mercado. Apostar no mercado significa tornar-se refém desse mercado. Nesse contexto político e jurídico, crescem as expectativas dos empresários de expandir a oferta da Educação Básica sob a lógica das leis de livre mercado. Ainda há algo que não está dito: a perda do direito social. Só conseguem comprar esses cursos aqueles que têm recursos para isso; os outros, a maioria, exige que o Estado assegure o direito à educação pública, laica e de qualidade social para o conjunto dos estudantes e em todas as idades e regiões. O princípio que defendemos: Educação Básica pública referendada nos princípios da democracia, da justiça social e que contribua para a organização dos trabalhadores rumo à emancipação humana. Sigamos.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. **Manifesto contra a medida Provisória n. 746/2016**. Goiânia: Anfope, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Programa para resultados**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/programs/program-for-results-financing>. Acesso em: 17 de mai., 2018.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil**: próximos passos. Washington, DC, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades e estratégias para a educação**. Washington, DC, 1999.

BOUTIN, Adilmara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Inter-ação**, v. 42, n. 2, p. 429-446, mai./ago., 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição de motivos n. 00084/2016**. Brasília: MEC, 2016a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicao-demotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95/2016**. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo regime fiscal e dá outras providências. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional 59/2009**. Prevê a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e amplia a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.274/2006**. Dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf. Acesso em: 10 fev 2020.

CÂMARA FEDERAL. **O processo de impeachment no Senado Federal**. Disponível em: <https://www2.camara>.

leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/o-processo-de-impeachment-no-senado-federal. Acesso em: 22 nov. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para uma nova indústria**: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília, DF, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação e Sociedade**, v. 38, n 139, p. 373-384, abr./jun., 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

FERRETTI, Celso João. Reformulações do Ensino Médio. **Holos**. IFRN, ano 32, v. 6, p. 71-91, 2016.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **45ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação** – Sobre a Medida Provisória relativa ao ensino médio. 2016. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/noticias/597>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília. MEC/ SETEC, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. A flexibilização do Ensino Médio. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun., 2017.

MARTINS, Érica. **Movimento Todos pela Educação**: um projeto de nação para a educação Brasileira. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Unicamp, 2013.

MELO, Alessandro. Educação Básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108, p.893-914, out., 2009.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, Distrito Federal: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PONTES, Desyane Faria. **A atuação e expansão da empresa Kroton educacional na educação básica**. 2020. 229 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Revista Roteiro**, v. 45, p. 1-18, jan./dez., 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto. O Estado como cliente: interesses empresariais na coprodução da inspeção escolar. Florianópolis. **37ª Reunião Nacional da Anped**. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; SANTOS, Fabiano Antônio. Slogans para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.) **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara - SP: Junqueira e Marin, 2014.

SILVA, Maria Abádia. A contrarreforma do Ensino Médio - Lei 13.415/2017- educação de resultados? **Quaestio: Revista de Estudos de Educação**, v.. 21, n. 2, p. 379-396, 2019.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. São Paulo: Nacional, 1968.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação em debate**: por um salto de qualidade na Educação Básica. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Enviado em: 29-08-2020
Aceito em: 29-11-2020
Publicado em: 14-12-2020